Painel "As Tecnologias de Informação como Instrumento para mudar o País" Conferência "Building Business Value with technology: Does IT Really Matter" Diário Económico – Novabase, Hotel pestana Palace, 29 de Maio de 2007

Luis T. Magalhães, Presidente da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP

A Internet, os computadores, os telefones móveis, e outros desenvolvimentos das Tecnologias de Informação e Comunicação como a fibra óptica e a TV digital, têm transformado profundamente a maneira como as pessoas vivem – como aprendem, trabalham, ocupam os tempos livres e interagem, tanto nas relações pessoais como com as organizações.

A Sociedade da Informação decorrente desta transformação, onde a **organização em redes, a comunicação em mobilidade, e a globalização das interacções** assumem papeis especiais, simultaneamente tornados possíveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação e potenciadores do seu uso generalizado, afirma-se já há várias décadas.

É clara a importância central desta transformação para as actuais e futuras oportunidades económicas e para a qualidade de vida das pessoas – o futuro das sociedades joga-se hoje neste tabuleiro.

As redes de colaboração na Sociedade do Conhecimento e da Informação são globais. Daí a importância crucial da estratégia de reforço das parcerias internacionais em ciência, tecnologia e ensino superior, como as que foram estabelecidas desde o início do ano passado com o MIT, a Universidade de Carnegie Mellon, a Universidade do Texas em Austin e a Universidade de Harvard nos Estados Unidos da América, e a Sociedade Fraunhofer na Alemanha e várias redes de instituições em Espanha. Nestas parcerias, em que as Tecnologias de Informação e Comunicação são omnipresentes, exploramos também a nossa capacidade de diferenciação na Europa pelo reforço de alianças que atravessam o Atlântico com várias das mais pujantes universidades em âmbito mundial e o reforço de alianças ibéricas e de alianças com a América Latina.

As Tecnologias de Informação e Comunicação são **tecnologias facilitadoras** que influenciam todas as áreas de actividade, tal como foi a electricidade no começo do século XX. Estão em toda a parte e passam de tal forma a fazer parte da nossa vida do dia a dia que muitas vezes nem damos por elas. São essenciais para o aumento da produtividade e da flexibilidade, para a facilidade de comunicação, para o alcance global económico e cultural, para a redução do consumo de recursos materiais (como energia, meios de transporte e combustíveis, espaço e papel — lembremo-nos por exemplo que a passagem do Diário da República em papel para electrónico que decorreu no final de Junho do ano passado, eliminou num só golpe o gasto de 27 toneladas de papel por dia).

Estas tecnologias estimularam a **organização em rede** e são caracterizadas por **partilha de recursos**, em particular de informação e conhecimento. Desde logo, a sua manifestação mais visível – a **Internet** – como partilha de capacidade distribuída de disponibilização de informação, ou a **computação GRID** como partilha de capacidade distribuída de processamento computacional, ou o **Peer-to-Peer** e a associada **Web 2.0** como partilha de conteúdos gerados em qualquer dos nós de uma rede, ou a **Internet das Coisas** e a associada **Web 3.0** que está aí para vir como partilha de instrumentos e sensores em comunicação tal como já acontece em Portugal há algum tempo com a Via Verde.

Quando há 10 anos, em 1997 se deram os primeiros passos nas políticas públicas para a Sociedade da Informação em Portugal, com a publicação do Livro Verde para a Sociedade da Informação e os projectos-piloto financiados pela Intervenção Operacional Telecomunicações através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a que eu então presidia, e Portugal preparou os primeiros passos das políticas europeias desta área que depois reforçou na presidência da União Europeia em 2000, foi logo evidente que o desafio central era enraizar a sociedade da informação no território, embebê-la na vida das comunidades.

Foi assim claro, em 1997, na fase piloto das políticas para a Sociedade da Informação, como o foi quando em 1999 preparámos e negociámos o primeiro programa do Quadro Comunitário de Apoio na Europa para a Sociedade da Informação, liderando o início deste movimento na União Europeia. A promoção de **projectos locais e regionais – o então chamado Portugal Digital – com componentes transversais a todas as actividades sociais e criando dinâmicas de trabalho conjunto e partilha de recursos** assumiram uma prioridade clara.

É de notar que era uma altura em que a opção não era evidente. As próprias comunidades locais não estavam sintonizadas para a sua importância. As Tecnologias de Informação e Comunicação eram vistas como coisas complicadas que diziam respeito aos cientistas, às universidades e às grandes empresas de telecomunicações e, quanto muito, às grandes cidades. Lembro-me de na altura até na Assembleia da República se ter feito paródia da importância atribuída pelo Governo de então à Internet.

Passados 10 anos, a realidade é bem diferente. A importância das Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento local e regional é consensualmente reconhecida em todo o país.

Foi construída uma dinâmica de relações em torno das finalidades de políticas públicas para a Sociedade da Informação. Relações essas que eram previamente inexistentes e cuja possibilidade de construção era em larga medida insuspeitada.

O caminho percorrido foi longo:

- Ligaram-se todas as escolas à Internet de 1997 a 2001, e depois em banda larga em 2005, o que permitiu a Portugal ter estado na linha da frente da ligação das escolas à Internet.
- Criaram-se Espaços Internet locais de acesso público gratuito a computadores e à Internet com apoio de monitores que, com mais de 1.080 espaços presentemente, constitui a rede mais densa da Europa.
- Verificaram-se marcados progressos na disponibilização de serviços públicos pela Internet aos cidadãos e às empresas que, em alguns casos, nos colocam na 1ª linha internacional:
 - Como a criação de empresas completamente online, depois de em 2005 ter sido radicalmente reduzido o tempo necessário para a criação de uma empresa de vários meses para cerca de 50 minutos, com o projecto Empresa na Hora, e que se pretende agora completar com uma redução também radical do tempo necessário para licenciamento de novas empresas;
 - Ou a disponibilização do Cartão de Cidadão electrónico, com acesso a 5 serviços públicos e eliminando os correspondentes 5 cartões tradicionais de identificação;
 - Ou a entrega de mais de 60% das declarações de IRS e o tratamento de todo o IVA pela Internet;
 - Ou a substituição da publicação em papel do Jornal Oficial o Diário da República pela sua simples publicação electrónica na Internet, gratuita, de acesso geral, e poupando 27 toneladas de papel por dia;
 - Ou as compras públicas electrónicas que em 2006 foram mais do dobro dos três anos anteriores, depois de um já elevado crescimento 33% ao longo de 2005.
- Interligou-se todo o ensino superior num único Campus Virtual sem fios que constituiu exemplo admirado internacionalmente e está a ser seguido noutros países.
- Nos últimos dois anos, duplicaram os sítios de hospitais na Internet com informação sobre prevenção e cuidados de saúde (agora disponível em 50% dos sítios dos hospitais).
- Estão ligadas em banda larga 98% das grandes empresas e 90% das médias empresas.
- No último ano, as ligações em banda larga acima de 2 Mbps cresceram 32% nos organismos da Administração Pública Central, 68% nas Câmaras Municipais, e 118% nos hospitais.
- A penetração da banda larga nos agregados familiares cresceu de 17% em Dezembro de 2004 para 34% em Dezembro de 2006, isto é duplicou em apenas dois anos.
- Mas ainda mais significativo, Portugal tem uma posição entre os países mais destacados na utilização da Internet nas pessoas com educação superior ou secundária, respectivamente 87% e 80%, correspondente ao 8º e 5º lugares na UE27. Claramente acima das médias europeias e no grupo dos países nórdicos, Holanda, Reino Unido e pouco mais. Uma situação extraordinariamente elevada face às condições gerais do país e que já não poderá melhorar.

Mas Portugal tem uma situação particular no que toca a qualificações da população. É, junto com Malta, o país de toda a UE27 com mais baixa percentagem de população com educação secundária (26%), cerca de metade da dos dois países imediatamente a seguir – Espanha e Itália – e pouco mais de um terço da média da UE27.

É bem conhecida e fácil de entender a dificuldade de utilização de computadores e da Internet por adultos sem educação secundária, em qualquer parte do mundo. O problema é que em Portugal este é um grupo de 5 milhões de pessoas dos 16 aos 74 anos. Metade da população total, ¾ da população adulta, mais de ¾ da população activa!

É essencial vencermos também esta barreira à penetração dos computadores e da Internet, trazendo este enorme grupo para a Sociedade da Informação. Não é tarefa fácil e requer um amplo envolvimento e trabalho de grande proximidade no terreno: com autarquias, escolas, universidades e politécnicos, Organizações Não-Governamentais de solidariedade e de apoio ao desenvolvimento. Requer uma mobilização geral. De todos e por todos os lados.

Requer a activação de malhas de trabalho conjunto tecidas em torno de tarefas concretas. É a mobilização dessa capacidade de intervenção e da rede de Espaços Internet construída que é necessário no futuro imediato para vencer mais este desafio.